



**Ofício ASS.APS.SMS.CONV.05 – Nov/2021**

De: Rede de Atenção Psicossocial de Mariana

Para: Danilo Brito

Marilene Gonçalves

**Assunto: Capacitação para profissionais de saúde mental para atendimento as pessoas impactadas por desastre ofertada pela consultoria "Prisma"**

Os trabalhadores da rede de atenção psicossocial de Mariana, especialmente aqueles que acompanham as populações e comunidades atingidas nos diferentes pontos da rede de saúde, desde a assinatura do Plano Municipal de Planejamento e Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde, aguardam e tem a expectativa do recebimento da capacitação em saúde mental.

Ao recebemos a proposta de capacitação ofertada pela empresa Prisma, uma semana depois de completarem 6 anos do rompimento da barragem de Fundão da Samarco, somos surpreendidos com uma proposta de formação desconectada com o tempo e necessidades atuais demandadas pelo desastre. Os conteúdos ofertados, parecem oferecer subsídio para uma atuação nos períodos iniciais do desastre, e não contemplam as necessidades e inquietações das equipes com relação a atuação a longo prazo. A metodologia do curso também parte de uma construção focada nos moldes empresariais e distantes do contexto das políticas públicas, e distante de uma efetiva consolidação de atuações conectadas aos princípios da Reforma Sanitária Brasileira e Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, as quais essa rede preza em sua atuação. O conteúdo do curso ofertado também é bem distante e desconectado das diretrizes para uma gestão integral de risco, emergências e desastres que as equipes tem aprofundado e se capacitados nos últimos 6 anos.

As equipes da RAPS reconhecem o esforço da gestão municipal para encaminhar as demandas necessárias do Plano de Ação em saúde através das reuniões nas Câmaras Técnicas de Saúde e reconhece os impasses e entraves das pactuações com a Fundação Renova. Considerando o conteúdo do curso ofertado pela Prisma

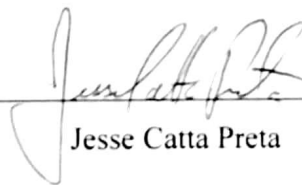
*Handwritten signature and date:*  
23/11/21  
1503



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

desconectado da realidade local, e desrespeitoso com uma atuação ética e atenta aos princípios e diretrizes do SUS pedimos providencias e orientações da Secretaria Municipal de Saúde com relação a garantia de uma formação que efetivamente atenda as necessidades dos trabalhadores e, sobretudo, as necessidades atuais de saúde dos atingidos e atingidas. Também solicitamos que a capacitação seja construída de forma dialogada com as coordenações de saúde mental, bem como profissionais da RAPS, especialmente aqueles que trabalham diretamente com as populações atingidas. O atual conteúdo ofertado tem oferecido um grande constrangimento aos profissionais com relação a participação, tendo em vista o seu desrespeito aos princípios e diretrizes para uma gestão integral de riscos, emergências e desastres, e sobretudo, desrespeito a realidade cultural e necessidades atuais dos atingidos.

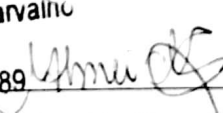
Mariana, 19 de Novembro de 2021



---

Jesse Catta Preta

Maira Almeida Carvalho  
Psicóloga  
CRP 04/44389



---

Maira Almeida Carvalho

**Manifesto técnico a respeito da “Capacitação para os profissionais de Saúde Mental para atendimento às pessoas impactadas por desastre” ofertada a profissionais do SUS pela Fundação Renova**

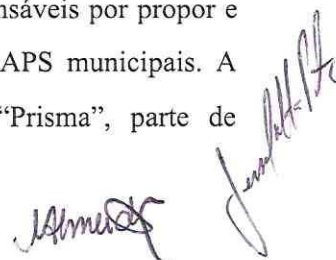
A partir do rompimento da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton - que atingiu toda a Bacia do Rio Doce e cujo epicentro é a cidade de Mariana (MG) - o município tem desenvolvido ações inéditas em saúde mental e atenção psicossocial para enfrentamento dos impactos provocados pelo desastre. O ineditismo e delicadeza do contexto demandou capacitações específicas em saúde mental e desastres à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), conectadas às necessidades dos trabalhadores/as atuantes no contexto das políticas públicas do SUS, e às necessidades específicas de saúde das populações e comunidades atingidas.

Em 2016, após o “Acordão” - Termo de Ajustamento e Conduta (TTAC) assinado entre as empresas, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e governo federal foi criada a Fundação Renova - instituição privada responsável pela reparação dos danos. Nestes 6 anos de desastre em curso, a Fundação Renova tem se expressado como uma continuidade das violações provocadas pelas empresas responsáveis pelo desastre, fato frequentemente denunciado pelos atingidos/as. Em fevereiro deste ano, o Ministério Público de Minas Gerais, ajuizou uma ação civil pedindo a extinção da Fundação Renova, uma vez que a entidade não tem atuado como agente da efetiva reparação humana, social e ambiental e se tornou um instrumento de limitação das responsabilidades das mineradoras, consideradas responsáveis pelo desastre.

Considerando os conflitos de interesses inerente à inserção da Fundação Renova no território de Mariana, após 6 anos de espera pelo **financiamento** de uma capacitação conectada aos princípios do SUS, a Fundação Renova ofertou ao município, por meio da Consultoria em saúde “Prisma” a “*Capacitação para os profissionais de Saúde Mental para atendimento às pessoas impactadas por desastre*”.

Os profissionais desta rede e as instituições abaixo assinadas se manifestam contra a referida capacitação, apontando considerações importantes acerca de sua metodologia e conteúdos propostos. Também consideram o risco da oferta de capacitações similares aos dispositivos das Redes de Atenção Psicossociais nos demais municípios atingidos ao longo da Bacia do Rio Doce e Espírito Santo, que também vivenciam as atuações deliberadas desta instituição privada nos seus territórios.

Compreendemos ser o setor público e instituições apoiadoras as responsáveis por propor e executar qualquer capacitação e formação que atenda às necessidades das RAPS municipais. A capacitação ofertada aos trabalhadores do SUS pela consultoria privada “Prisma”, parte de



metodologias voltadas para projetos do setor comercial, em moldes empresariais e distantes das efetivas necessidades das políticas públicas. Oferece também um conteúdo que se contradiz com as necessidades de trabalhadores e usuários e descontextualizado das diretrizes para uma gestão integral de riscos, emergências e desastres previstas e construídas por grupos de pesquisas na área, pela Comissão de Psicologia e Emergências e Desastres do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG) e por guias orientativos nacionais e internacionais, como as Diretrizes do IASC sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências Humanitárias.

Além disso, o conteúdo programático oferecido no curso se difere daquele previamente pactuado junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir da apresentação da ementa específica da área temática. Em contrapartida, as propostas contidas no conteúdo programático, apresentam temáticas voltadas ao “autoconhecimento e autocuidado”, “acolhimento”, “esperança, tempo e gratidão”, “transformações como oportunidade”, “reflexões sobre esperança e tempo” e “nossa história a nosso favor”.

Além de oferecerem conteúdos desconectados com a realidade, sem sintonia com a cultura local, explicitam proposições de atuações de caráter individualista e sem qualquer crítica social essencialmente necessária para uma atuação diante da complexidade de um desastre da mineração. A proposta constitui-se de forma violadora, ainda, quando aposta em melhorias da performance e do potencial ou motivação de sujeitos a partir da responsabilização individual para lidar com situações adversas e da capacidade de superar obstáculos ou impasses provocados na vida. Compreendemos o risco dos conteúdos ofertados pregarem a docilização de corpos, a partir de uma visão positiva e localizada numa suposta possibilidade de autoajuda de sujeitos que devem se adaptar, ser gratos e esperançosos diante de uma realidade violadora.

A cronificação do desastre e o sofrimento social provocado diante das violências institucionais provocadas por esta mesma instituição proponente do curso se apresenta como um conflito de interesse principal associado à execução da capacitação. Assim, apontamos que as capacitações desenvolvidas no município de Mariana e nos demais municípios atingidos ao longo da bacia do Rio Doce, até o Espírito Santo, sejam ofertadas de forma participativa, e considere as necessidades dos trabalhadores/as e atingidos/as, que esteja alinhada aos princípios e diretrizes do SUS e a para uma atuação ética em emergências e desastres. No que toca os aspectos do cuidado em saúde mental, este deve considerar a necessidade de reparação integral, bem como a consideração da justiça e da proteção dos direitos dos atingidos por desastres da mineração.



O relatório técnico realizado pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental sobre os impactos do rompimento da Mina de Córrego do Feijão da Vale<sup>1</sup> indica que é a rede pública de saúde que possui as melhores condições e conhecimentos no campo da saúde mental para atuação nesses contextos. Assim, o SUS é apontado como saída para não se incorrer em violações de direitos humanos, em métodos e práticas psicologizantes e medicalizadoras, respeitando a lógica do território e suas reais necessidades.

Assim, seguindo essas mesmas recomendações, bem como as orientações de profissionais e pesquisadoras da própria rede de Mariana, reafirmamos a importância de que atuações em saúde mental e atenção psicossocial considerem o princípio da integralidade da atenção de forma intersetorial e transversal, possibilitando a mobilização e participação popular e o controle social. Que priorizem questões relativas à saúde numa perspectiva ampliada; a garantia de direitos e o protagonismo dos sujeitos e da comunidade atingida a partir de uma ampla gama de intervenções de planejamento e de monitoramento de ações. Que as capacitações sejam ofertadas por instituições independentes da Fundação Renova e empresas Samarco/Vale/BHP Billiton e ligadas aos interesses públicos, como, por exemplo, a Escola de Saúde Pública e/ou profissionais especialistas da área que possam ser indicados pelos próprios profissionais que compõem esta rede. E que a ementa pactuada possa ser cumprida integralmente, com prévia apresentação do conteúdo programático, a ser definido junto com os trabalhadores de saúde mental das RAPS municipais.

Novembro/ 2021

Profissionais de Saúde Mental de Mariana-MG

Equipe de Saúde da Família de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo de Mariana-MG

Profissionais de Saúde Mental de Brumadinho-MG

Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania

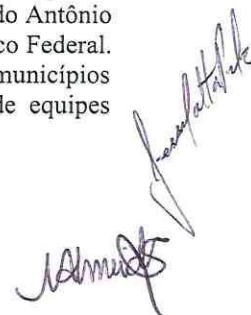
Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região-MG

Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial-RENILA

Fórum Mineiro de Saúde Mental-MG

---

<sup>1</sup> O relatório técnico sobre os impactos do desastre do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão na saúde mental das populações dos municípios atingidos visa atender à demanda feita pelo Dr. Edmundo Antônio Dias, Procurador Regional Substituto dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais, do Ministério Público Federal. Trata-se de solicitação, ao Fórum Mineiro de Saúde Mental, de um estudo técnico junto aos municípios atingidos pelo rompimento da referida barragem, para elaboração de propostas de composição de equipes multiprofissionais e serviços de saúde mental aos municípios atingidos.



Associação de usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais - ASSUSSAM-MG

Frente Mineira de Drogas e Direitos Humanos-MG

Associação de Usuários e Familiares de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Alagoas - ASSUMA-AL

Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Luta Antimanicomial de Palmeira dos Índios – ASSUMPI-AL

Associação Loucos Por Você – Ipatinga-MG

Coletivo Baiano da Luta Antimanicomial – CBLA -BA

Fórum Cearense da Luta Antimanicomial-CE

Fórum de Saúde Mental de Maceió-AL

Fórum Gaúcho de Saúde Mental-RS

Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba – FLAMAS-SP

Núcleo Pela Superação dos Manicômios - NESM-BA


Núcleo de Mobilização Antimanicomial do Sertão - NUMANS PE/BA

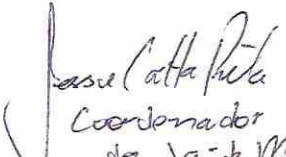
Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais - L@gir da UFMG

Assessoria Técnica Cáritas

Instituto Gregório Barenblitt

Núcleo Minas - Coletivo Intercambiantes Brasil

  
**Maira Almeida Carvalho**  
Psicóloga  
CRP 04/44389

  
Jose Catta Preta  
Coordenador  
da Saúde Mental